

GESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma realidade no Ponto de Cultura de Artesanato em Governador Valadares - MG.

Área Temática: Gestão de Projetos Sociais e Solidários

**Kríssia A. C. Costa¹, Amanda C. L. Lisboa², Lorena M. A. Tolentino³,
Débora R. do Nascimento⁴**

¹Instituto Federal de Minas Gerais- IFMG, Campus Governador Valadares, Governador Valadares - MG – krissia.acc@gmail.com

²Instituto Federal de Minas Gerais- IFMG, Campus Governador Valadares, Governador Valadares - MG – amandamilla2@gmail.com

³Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, Campus Governador Valadares, Governador Valadares - MG – lorenaalves.18@gmail.com

⁴Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, Campus Governador Valadares, Governador Valadares - MG - debora.nascimento@ifmg.edu.br

Resumo

O Ponto de Cultura de Artesanato é uma iniciativa da entidade civil União Operária que consolidou-se através do Programa Cultura Viva do Governo Federal. Tem como propósito a validação do trabalho artesão a partir da apropriação da cultura local visando geração de renda e crescimento socioeconômico dos envolvidos. É um projeto que pretende alcançar artesãos da região e a comunidade externa, proporciona aprendizado através de cursos e oficinas, comercializa produtos e busca praticar a Economia Solidária nas atividades que desenvolve. O processo metodológico deste trabalho é pautado na revisão de literatura com abordagem qualitativa, ancorada no método de estudo de caso. Objetiva identificar como a gestão do projeto ajuda na criação de autonomia dos artesãos, de forma a propiciar a continuidade do projeto com a liderança dos próprios artesãos. Espera-se que os resultados obtidos contribuam para a construção da história do Ponto de Cultura e auxiliem a formação de liderança para a continuidade do projeto.

Palavras-chaves: Ponto de Cultura; Trabalho artesão; Economia Solidária.

1 Introdução

O acesso aos programas culturais viabilizado por meio do Programa Cultura Viva do Governo Federal tem alcançado a população brasileira desde 2005 com o incentivo de diversas ações pré-existentes. Como resultado, o Ponto de Cultura surgiu para garantir que os mais variados núcleos comunitários tenham acesso aos direitos culturais, e desse modo, fortaleçam a criação e gestão de projetos consolidados.

Além de seu potencial de disseminação de cultura local, a organização dos Pontos de Cultura também promove o mercado que vai de encontro com a base da ES (Economia Solidária). Assim, pode-se perceber a importância da gestão desses espaços culturais sob diversas óticas, pois os mesmos necessitam consolidar políticas públicas e refletir práticas mais justas e solidárias durante as ações do Ponto na comunidade.

Nesse sentido, o presente trabalho faz referência as características e práticas do Ponto de Cultura de Artesanato da União Operária em Governador Valadares – Minas Gerais. O valor estratégico do Ponto de Cultura reside na questão de manter e incentivar práticas artesanais voltadas para a cultura local enquanto almeja que a comunidade seja beneficiada com a ES. Contudo, é sabido que as atividades desenvolvidas são sustentadas graças à liderança do Ponto e não ao protagonismo e cooperação dos artesãos.

Então, surge a formulação do problema: quais ações estão sendo tomadas pelo gestor para a autonomia do projeto pelos artesãos após o término do convênio com o Governo Federal? Para tanto, o objetivo deste trabalho é identificar como a gestão do projeto ajuda na criação de autonomia dos artesãos de forma a propiciar a continuidade do projeto com a liderança dos próprios artesãos.

2 Metodologia

A proposta inicial para composição deste trabalho baseava-se na revisão de literatura, com abordagem qualitativa sobre o tema a partir do tripé de informações disponíveis na literatura de referência. Posteriormente, foi possível acrescentar ao trabalho a pesquisa de campo através do contato com os envolvidos do objeto de estudo.

Portanto, a metodologia do presente trabalho pode ser caracterizada como descritivo-exploratória. Sobre essa classificação de pesquisas Gil (2002) afirma que as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Este trabalho pode ser classificado

desta maneira porque faz uso de revisões bibliográficas sobre o tema abordado, analisa o panorama do Ponto de Cultura de artesanato na cidade e envolve pesquisa de campo. A pesquisa de campo consistiu na realização de visita ao Ponto de Cultura com aplicação de questionário semiestruturado à gerência do projeto, observação da interação dos artesãos com o ponto de comércio dos produtos acabados e diálogos com colaborador administrativo do Ponto.

3 Referencial Teórico

3.1. Economia Solidária

A resposta mais frequente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro (SINGER, 2004). O crescimento da ES corrobora essa tese porque apresenta-se como fonte alternativa de geração de trabalho e renda a partir de práticas econômicas e sociais das empresas, que concretizam-se através de finanças solidárias, comércio justo, consumo solidário, produção de bens e serviços desde o século anterior. No entanto, esse modo de produzir disseminou-se apenas entre 1980 e 1985, com a criação em massa dessas empresas na Europa (Defourny, 2001), com a construção de cooperativas de trabalho na França e de crédito tanto na Alemanha quanto na Itália e se alastrando em seguida para o mundo. Segundo a cooperativa COOPA³⁶, em 1981 já existiam 1000 cooperativas e 550 mil associados.

No Brasil, a ES ganhou força entre 1970 e 1990 como resposta à exclusão e exploração que eram impostas pelo capitalismo e pelo fortalecimento das políticas de Estado. Laville (1994) pondera que a economia solidária se distingue da economia capitalista e da estatal, pois o objetivo da primeira é alcançar interesses individuais e a segunda interesses institucionais, enquanto a solidária se baseia em fatores humanos para valorizar os laços sociais, adotando formas comunitárias de propriedade. Nascimento (2000) apresenta a sua definição de ES como uma estratégia de resistência à exclusão e à precarização do trabalho, apoiada em formas coletivas de geração de trabalho e renda, articulada aos processos de desenvolvimento local, participativo e sustentável.

³⁶ História do Cooperativismo. Disponível em:

<http://www.coopa.coop.br/paginas/cooperativismo/historia>. Acesso em 20/07/2014.

Em 2003, o Governo Federal criou a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) com intuito de fortalecer a divulgação através de políticas integradas, fomentando a inclusão social no país. Nos últimos anos, gestor municipal e estadual tem dado apoio a ES, aumentando assim o número de programas, tais como empreendedorismo popular, capacitação, bancos do povo, entre outros. Um mapeamento realizado pela SENAES e MTE, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, revelou a existência de 14.959 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios do país. O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) explica que essa economia se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. As características da ES podem ser defendidas em quatro pilares, conforme mostra a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Principais características da ES

Característica	Definição
1. Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; etc.
2. Autogestão	Participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
3. Dimensão Econômica	É uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos

aspectos culturais, ambientais e sociais.

4. Solidariedade O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Fonte: Adaptado de MTE - O que é Economia Solidária³⁷.

De acordo com Singer (2000), essa economia trata-se de uma estratégia contra as desigualdades sociais e principalmente contra o desemprego, como explica o trecho:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente... (SINGER, 2000 p. 138).

Mello (2007) sobre a ES, afirma que outra economia é possível, concretizada por outro modo de organizar a sociedade, via promoção da

³⁷MTE: O que é Economia Solidária: Disponível em: http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso 20/07/2014.

justiça e do trabalho sem alienação, tornando a associação dos trabalhadores indispensável para eliminar a subalternidade e a exploração.

3.2. Pontos de Cultura

Os Pontos de Cultura são projetos financiados a partir de um programa chamado Cultura Viva do MinC (Ministério da Cultura) com o principal objetivo de estimular às iniciativas de ações de impacto sociocultural nas comunidades. De acordo com Turino (2010), o Ponto de Cultura é uma ação prioritária que funciona como elemento de junção entre todas as atividades do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. O mesmo autor, ainda sobre os Pontos de Cultura, afirma que ao adotar uma nova atitude cultural podemos modificar as relações econômicas, abrindo caminho para uma economia solidária, com consumo consciente, comércio justo e trabalho colaborativo. Não obstante, Vilutis (2011) afirma que o tema da economia solidária percorre de modo transversal o programa Cultura Viva, e é uma preocupação manifesta em suas diversas ações.

Segundo dados do MinC³⁸, para se tornar um Ponto de Cultura, os responsáveis pela entidade devem participar do edital de divulgação da Rede de Pontos de Cultura do seu estado ou município, enviando projetos para a análise da comissão de avaliação, composta por autoridades governamentais e personalidades culturais. Para participar dos editais as organizações devem cumprir uma série de pré-requisitos, como atuar na área cultural por um prazo mínimo.

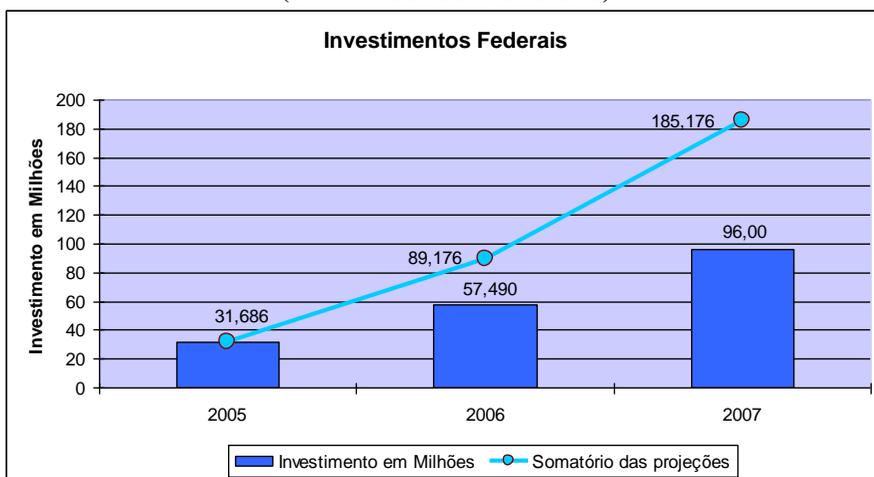
Geralmente, as redes financiadas pelo MinC recebem cerca de R\$180 mil distribuídos em três anos consecutivos, cedidos às organizações/associações que irão gerenciar os Pontos. As modalidades contempladas pelo convênio dos Pontos de Cultura com o Governo Federal se subdividem em três: (a) convênio da associação com o MinC; (b) convênio da associação com o Governo do Estado e este com o MinC; (c) convênio da associação com a Prefeitura Municipal e esta com o Ministério da Cultura. Os Pontos de Cultura ao findar o prazo estipulado no convênio estão obrigados a encaminhar um relatório analítico com a prestação de contas final de todo o projeto. É solicitada ainda uma pesquisa de satisfação da comunidade presente no Ponto de Cultura e do entorno, com informação

³⁸MinC: Pontos de Cultura. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultural1>. Acesso 20/07/2014.

de geração de novas oportunidades para o Ponto de Cultura e seu público, e relato da articulação na comunidade (BRASIL, 2009b, p. 9)

As projeções somadas de investimentos federais no Programa Cultura Viva nos anos de 2005 a 2007 totalizam mais de 180 milhões de reais que promoveram 3.663 Pontos de Cultura, como mostra o Gráfico 1 a seguir. Turino (2010) aponta que em 2010 havia 2,5 mil Pontos de Cultura instalados em 1.122 cidades brasileiras sendo que estas apresentavam diversidade cultural e usavam como forma de gerir a gestão compartilhada entre a comunidade e o poder público.

**Gráfico 1- Investimentos Federais no Programa Cultura Viva
(em milhões de reais / ano)**



Fonte: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, 3ª Edição³⁹

Apesar de receber recursos do Governo Federal, os Pontos de Cultura não pertencem ao governo e não podem ser caracterizados como um serviço, e sim como ferramentas de cultura da sociedade. Os Pontos de Cultura são uma possibilidade de materializar ideias e conceitos de movimentos culturais locais em escala nacional, e de catalisar grande grupo

³⁹ Cultura Viva. Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, 3ª Edição. Disponível em http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2010/11/Cat%C3%A1logo_-Cultura_-Viva-2005.pdf . Acesso em 20/07/2014.

de atores sociais de origens distintas, vindos de diferentes coletivos que de alguma forma trabalhavam em busca de fins similares (LIMA & SANTINI, 2009). Para tanto, é fundamental que o programa Cultura Viva operacionalize ações públicas específicas de reconhecimento e valorização dos pontos de cultura como empreendimentos econômicos solidários, conclui Vilitis (2011).

3.3. A importância da liderança no Ponto de Cultura

O modelo de gestão embasado em qualidade pretende que os papéis tradicionais dos gestores sejam modificados, que estes estejam preparados para lidar tanto o técnico quanto o humano da organização. Especialmente em organizações como o Ponto de Cultura, a orientação não poderia ser diferente, pois as atribuições dos líderes, tidos como gestores culturais, percorre diversos caminhos no desenvolvimento das atividades.

Segundo Chiavenato (2006), liderança é definida como necessária em todos os tipos de organização humana, ou seja, para a obtenção de qualquer resultado desejado pela empresa é necessário conhecer a natureza humana e saber conduzir as pessoas, isto é, liderar. A literatura reconhece dois estilos de liderança: um líder orientado para a execução das tarefas (o líder autoritário) e o outro direcionado para as relações humanas (o líder democrático). Diversos estudos procuravam avançar a respeito deste tema. Estudos demonstraram que os líderes deveriam manifestar igualmente interesse pela tarefa quanto pelas pessoas, embora o lado humano deter maior expressão de sucesso na maioria das organizações. A consideração pelas pessoas e orientação para a tarefa são traços independentes (...). Os líderes mais bem sucedidos são aqueles que combinam de forma relativamente alta ambas as dimensões, embora conferindo maior ênfase à consideração pelas pessoas (GIL, 2011).

Com relação aos conhecimentos e habilidades necessárias aos gestores dos Pontos de Cultura, os mesmos precisam ser capazes de trabalhar com questões de conhecimentos diversos em determinados momentos, e dessa forma, devem desempenhar as duas lideranças para alcançar êxito. Melo e Régis (2012), discorrem sobre o assunto e afirmam que frequentemente, conhecimentos financeiros e contábeis específicos são exigidos dos gestores que buscam patrocínio por meio de leis de incentivos ou fundos por cultura. Os mesmos autores completam que os gestores do Ponto de Cultura precisam interagir com as comunidades onde realizam os trabalhos culturais para conhecer as necessidades coletivas que existem

nelas e para desenvolver atividades que geram benefícios para a coletividade. Assim, pode-se perceber a duplicidade de liderança que os gestores devem aplicar em determinadas situações, de acordo com os problemas encontrados durante a gestão do Ponto.

Portanto, a liderança do gestor do Ponto de Cultura deve permanecer em equilíbrio para manter as premissas técnicas e o contato com comunidade e os artesãos. Nesse sentido, faz-se necessário que o estilo do gestor esteja em conformidade com a cultura solidária, promova a cooperação e interação dos artesãos assistindo às necessidades motivacionais e ajude a perpetuar os pilares da economia solidária.

4 Sobre o Ponto de Cultura de Artesanato em Governador Valadares - MG

O trabalho desenvolvido pelo Ponto de Cultura de Artesanato em Governador Valadares – MG, teve início em 2009 graças ao convênio de cooperação firmado entre a União e o município, por intermédio do MinC. Também nesta data e sobre o mesmo convênio foram firmados outros quatro Pontos de Cultura direcionados para música, teatro, folclore e capoeira na cidade. Entretanto, estes últimos não estão em pleno funcionamento devido a problemas financeiros enfrentados pelas respectivas unidades gestoras, enquanto o Ponto de Cultura direcionado ao artesanato está em operação desde a inauguração.

Com intuito de fomentar o artesanato da cidade e região, o objetivo estabelecido para os três anos de vigência do Ponto baseou-se na validação do trabalho artesão a partir da apropriação da cultura local visando geração de renda e crescimento sócio-econômico dos envolvidos. Além disso, o espaço busca propiciar aos artesãos interações de vivência e aprendizado, bem como alcançar outros artesãos e comunidade externa, e ainda, prover locais para exposição e comercialização dos produtos.

A operação e desenvolvimento dos trabalhos só são possível por a entidade gestora União Operária desenvolver historicamente na cidade ações em prol da promoção do artesanato e geração de renda - como oficinas de artesanato, pintura, costura e bordado - e desse modo, possuir uma estrutura que proporcione a continuidade das atividades. Ademais, os 40 artesãos participantes ativamente do projeto contribuem com 10% sobre a venda dos produtos e mensalmente arcam com uma taxa para manter o Ponto de Cultura em funcionamento.



Foto 1 – Comércio do Artesanato no Ponto de Cultura da União Operária. Fonte: Autoria própria (2014)

O comércio dos produtos é realizado no ponto de comércio fixo no centro da cidade, nas feiras organizadas mensalmente pela gerência do próprio Ponto de Cultura em pontos estratégicos, na Feira de Economia Solidária que acontece anualmente e em eventos esporádicos da região. São oferecidos diversos cursos e oficinas de capacitação que abordam temas relevantes para que os artesãos aprendam e evoluam nas técnicas e práticas de produção e vendas. Desse modo, os artesãos são estimulados a desenvolver suas criações para cultura local, para que produzam de acordo com a necessidade e aceitação do público do Vale do Rio Doce, suprimindo a demanda desse mercado de produtos de qualidade a preços acessíveis.



Foto 2 e 3 – Feiras organizadas pelo Ponto de Cultura da União Operária. Fonte: Acervo do Ponto de Cultura

A comunidade normalmente envolve-se com o Ponto de Cultura através do contato direto com as feiras, pela divulgação direta e indireta do próprio artesão, pelos canais das mídias sociais, e por fim, por publicações de jornais de média e grande circulação da região. Para os interessados em participar das atividades desenvolvidas no Ponto, a mesma desenvolve cursos e oficinas a preços baixos de atividades artesanais para a comunidade externa.

4.1. Relatos e observações no Ponto de Cultura

O Ponto de Cultura de Artesanato é uma organização repleta de desafios: falta de repasse dos recursos em tempo hábil, reconhecimento de pequena parcela da população, ausência de liderança entre os artesãos, etc. Contudo, mantêm-se graças à gerência flexível formada nos três anos. A equipe de gestão exerce a liderança no cotidiano do Ponto de Cultura de forma flexível para execução dos procedimentos técnicos inerentes ao convênio, utilizando da vertente de liderança X e, do mesmo modo, tomando ações para dialogar e motivar os artesãos a dar continuidade ao projeto fazendo uso da liderança Y. Após indagada sobre o processo de liderança no Ponto de Cultura a gestora Maria da Glória relata: “A liderança, a coordenação desse projeto é todo da União Operária. Os artesãos são os participantes”.

À luz dos desafios e possibilidades do Ponto de Cultura, pode-se perceber algumas atitudes tomadas pela gerência para dar continuidade ao projeto através de capacitação e orientação dos artesãos, no sentido de direcioná-los à liderança dos trabalhos.

Apesar do convênio ter limitação de tempo, segundo a gestora Maria da Glória, a continuidade do projeto é um desafio: “Nós [equipe da União Operária] estamos preparando para eles [os artesãos] serem autônomos... Mas autônomos conscientes e organizados”. Nesse sentido, a União Operária trabalha para que eles reconheçam através de cursos de capacitação qual a melhor forma de organização que o projeto pode assumir após findar o convênio. “Esse trabalho de formação que está sendo feito é para surgir lideranças dentro dos próprios artesãos. Até porque se for organizar uma associação, por exemplo, a União Operária vai sair fora e vai ficar a liderança deles”, completa a gestora.

As principais formas de organização mencionadas pela gestora são as associações e as cooperativas de artesanato. Entretanto, foi exposto a importância da decisão sobre qual organização partir dos próprios artesãos para que os mesmos sintam-se parte do grupo a ser formado. Ainda de acordo com a Maria da Glória: “nesse terceiro ano nós vamos mostrar a eles [aos artesãos] as diversas formas de organização e ver o que eles entendem que é melhor. E aí vai surgir automaticamente as lideranças que vão dirigir essa organização”. Nesse sentido, cabe a exposição das formas de organização e acompanhamento inicial dos artesãos, para que estes não se percam durante o desenvolvimento das primeiras atividades como empreendimento autônomo.

5 Conclusão

Com a análise do cenário atual e futuro do Ponto de Cultura, particularmente na cidade do objeto de estudo, pode-se perceber que a iniciativa do Governo Federal fora acertada no fomento das atividades culturais. Alterações na legislação brasileira com a Lei da Cultura Viva promulgada neste ano demonstram que é válida a iniciativa e que ainda existem muitos avanços necessários nessa área. Infelizmente, o atraso no repasse dos recursos destinado a esses espaços refletem negativamente no desenvolvimento das ações do Programa e comprometem o seu cronograma de execução.

A gestão do Ponto de Cultura de Artesanato desempenha suas atividades de forma notória, se comparado a outros Pontos de Cultura instalados na cidade. Percebe-se que a constância do projeto somado ao reconhecimento da comunidade tornaram-se fatores motivadores para a equipe gestora do Ponto. Ao passo que a consolidação das feiras e do ponto fixo de comércio são fatores motivacionais para os artesãos, que passaram a ter capacitação para o trabalho e área de mercado expandida.

Com a possibilidade de uma nova organização sem apoio da gerência do Ponto de Cultura, os artesãos estão envolvidos a uma nova gama de perspectivas sobre o futuro. Entretanto, a transição entre entidade servida pelos recursos do Governo Federal e organização autônoma deve ser feita com cuidado para que o projeto não pare em desafios futuros. Portanto, é necessário que esse projeto configure-se como uma iniciativa perene, que continue a praticar a ES e mantenha uma liderança eficiente frente ao grupo de artesãos.

6 Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 5520, de 24 de agosto de 2005. **Institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm . Acesso em: 20 jul. 2014.

CHIAVENATO, Id Alberto. **Administração geral e pública.** - Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Série Provas e Concursos) – 6ª Reimpressão.

DEFOURNY, Jacques. **Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do Centre d'Études Sociales.** Liège, 15 jun. 2001.

Economia solidária, outra economia acontece: **Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social** – Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.) **L'économie solidaire.** Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LIMA, C. M., SANTINI, R. M. Código aberto e produção colaborativa nos pontos de cultura. **Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura,** América do Norte, jul. 2009.

MELO, Paulo Thiago Nunes Bezerra de., Régis, Helder Pontes. Stakeholders Relevantes no Perfil dos Gestores dos Pontos de Cultura no Grande Recife. **Revista Organizações em Contexto - online,** Brasil, 8,

apr. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/2850>. Acesso em: 26 Jul. 2014.

MELLO, Sylvia Leser. Apresentação. In: BARBIERI, Estela Maria; MELLO, Sylvia Leser; SÍGOLO, Vanessa Moreira (Orgs.). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais** - vol. 2. São Paulo: NESOL-SP, ITCP-USP, 2007.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e Economia Solidária. Caderno Outros Valores, nº 2. Florianópolis, 2000.

RANGEL, Roney Rezende; MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner. Programa **de economia solidária em desenvolvimento**: uma experiência de política pública do Governo Brasileiro.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Governo Federal**. Mercado de trabalho, v. 24, 2004.

TURINO, C. **Pontos de cultura**: O Brasil de baixo para cima. Ed Anita Garibaldi, 2ª ed. São Paulo. 2010.

VILUTIS, Luana. **Pontos de cultura e economia solidária: aproximações e possibilidades**. II Seminário Internacional de Políticas Culturais – Desafios: os campos da formação em gestão cultural e da produção de informações. Rio de Janeiro, 2011.